EUA ampliam ação de combate às drogas no Brasil

MÁRCIO CHAER
Coordenador da Política da Sucursal de Brasília

Ninguém se preocupa mais com a repressão ao narcótico no Brasil que o governo dos Estados Unidos. Além de cursos para a Polícia Federal, para o pessoal da Receita Federal que atua nas alfândegas, a quem os EUA cedem material e equipamento de trabalho, a embaixada norte-americana estimula em todo o país movimentos e entidades sociais contra o tóxico.

No mês passado, por exemplo, para um completo seminário na Polícia Federal, sobre os aspectos jurídicos do combate ao narcotráfico, os americanos patrocinaram a vinda e a estada de juízes, promotores e delegados de todo o país para se discutir as formas mais eficientes de aplicação da legislação brasileira.

Desde 1984, quando a administração Ronald Reagan elegeu a repressão às drogas como uma questão de segurança nacional, os mais detalhados levantamentos sobre o narcótico no Brasil passaram a ser produzidos pelos Estados Unidos.

Na região da coca

A "Druga Enforcement Agency" (DEA), polícia norte-americana especializada no setor, pelo convênio firmado com o Brasil está autorizada a funcionar em Brasília com cinco agentes baseados na embaixada norte-americana. Na vida real, porém, os preparados profissionais americanos não se contentam apenas com a troca de informações de gabinetes prevista pelo acordo binacional.

"Eles não saem daqui", diz o presidente da União dos Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia, José Altino Machado. Segundo o sindicalista, os agentes norte-americanos "nos últimos três anos, acompanham de perto tudo o que acontece na região da coca", ou seja, nas fronteiras do Brasil com a Colômbia, o Peru e a Bolívia.

O diplomata Anthony Fischer, subassessor de imprensa da embaixada norte-americana, cuja função é promover seminários, reuniões e programas antidrogas no Brasil, nega a presença de agentes da DEA fora de Brasília. Há quinze dias, porém, a própria Polícia Federal se encarregou de desautorizar a instalação de dois escritórios clandestinos que a DEA alugara —um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro.

ORÇAMENTO PARA CONTROLE DE NARCÓTICOS
(em mil dólares)

América Latina	1985	1986	1987
Bolívia	1.537	3 650	4.675
Brasil	750	690	1.225
Colômbia	10.650	10.600	10.180
Equador	414	940	845
México	9.696	10.100	11.310
Peru	2.414	4.011	5.680
Total	26.014	36.991	37.915
Leste da Ásia			
Burma	5.515	5.540	8.825
Tailândia	2.704	3.600	4.270
Total	8.219	9.140	13.095
Sudoeste da Ásia			
Paquistão	3.043	3.480	2.850
Turquia	900	550	1.000
Total	4.218	4.695	4.150

PRODUÇÃO DE COCAÍNA
(em mil toneladas)

	1986	1985	1984	1983
Bolívia	32.000	32.000	49.200	25.000-40.000
Peru	90.831	95.177	100.000	100.000
Equador	1.422	2.422	895	Não estimado
Colômbia	3.200	10.800	11.080	11.215
Total	127.453	142.399	161.175	136.215-151.215

A sofisticação do trabalho da DEA, no entanto, mostrou-se de corpo inteiro em agosto do ano passado. Numa operação conjunta com o "Federal Bureau of Investigations" (FBI), os agentes norte-americanos no Brasil localizaram e sitiaram o tailandês (chinês de nascimento), Tung Kuei-Sen, no Hotel OK, do Rio de Janeiro. A Polícia Federal foi então chamada e o traficante preso. Kuei-Sen introduzira trezentos quilos de heroína nos Estados Unidos. Em maio deste ano ele foi extraditado a pedido do governo norte-americano.

Dólares x drogas

Fora da área policial a ação norte-americana no Brasil também é profícua. Trazendo para cá sistemas adotados nos Estados Unidos, a embaixada passou a promover congressos de pais e comunidades contra o abuso de drogas e a propiciar a criação de associações que tenham por meta a conscientização da sociedade sobre os riscos da utilização de entorpecentes.

Para que ninguém ficasse de fora, o Departamento de Estado passou a estimular uma associação de altos empresários norte-americanos que se dispusessem a proporcionar fundos para programas mais duradouros. Entre outros, associaram-se os dirigentes no Brasil da McDonald's, da Johnsons e Jonhsons e da Levi Strauss. Na presidência da associação, o brasileiro Márcio Fortes, da Fortes Engenharia.

Delegacia flutuante

Pelo convênio em vigor, os Estados Unidos repassam ao Brasil neste ano US$ 750 mil (cerca de Cz$ 10,5 milhões). A ajuda em dinheiro, porém, destinada a operações policiais é apenas uma parte da cooperação. Além de lanchas, equipamentos, aparelhos e até mesmo de uma delegacia flutuante para ser utilizada na Amazônia, há os norte-americanos trazidos ao Brasil para treinar policiais e agentes de alfândega e os brasileiros levados aos Estados Unidos para cursos de especialização.

Se o Congresso dos Estados Unidos aprovar, dentro de pouco tempo, o Brasil poderá ganhar até mesmo uma barcaça feita para servir simultaneamente como delegacia, tribunal e prisão. Ou seja, um sistema completo que, a exemplo dos juizados de Pequenas Causas, desburocratizaria os processos criminal e judicial.

Toda essa boa vontade norte-americana, entretanto, é vista com reservas pela Polícia Federal e pelos militares brasileiros. Afinal, se não fosse apenas pela sombra de uma intervenção consentida, há também a certeza de que o mesmo rigor com que eles zelam no Brasil contra as drogas não se aplica nos Estados Unidos, onde o mesmo problema continua sem solução.

América do Sul abastece mercado

Assim como a vodka na União Soviética tornou-se o maior fator de ausências no trabalho e de ocorrências policiais, a droga trouxe aos Estados Unidos o mesmo pesadelo. O cálculo do número de viciados já avança pela casa dos dezenove milhões de norte-americanos. E quem abastece a mais larga fatia desse mercado é a América do Sul. Esta é a razão do zelo norte-americano com o combate ao tráfico no continente.

O Brasil não é comparado, por enquanto, como produtor, aos seus vizinhos. Mas, pela sua geografia, entende o Departamento de Estado do governo norte-americano, pode tornar-se, em tempo recorde, o "paraíso dos traficantes".

O calor tropical e o solo fértil da região fazem com que o epadu —planta similar à coca, de onde se extrai a cocaína— cresça três vezes mais que em outras áreas. Mas essa não é a principal vantagem oferecida pela Amazônia. Ocultas sob as amplas copas das árvores amazônicas, as plantações de epadu ficam fora do alcance de satélites e de qualquer outro observador aéreo.

Região indevassável

A procura pelo Brasil que se teme, porém, não é a voluntária, mas forçada. Na medida em que os novos governos da Bolívia, Colômbia e Peru vão sendo convencidos pelo Estados Unidos a reprimirem seus narcotraficantes, vão procurando refúgio na Amazônia brasileira, região que pela sua amplitude e por suas condições geográficas, torna-se praticamente indevassável.

No Peru, no Vale Huallaga, os Estados Unidos investem este ano US$ 18 milhões (Cz$ 252 milhões), para proporcionar aos camponeses peruanos uma alternativa de sobrevivência que não o cultivo de plantas alucinógenas. Não é muito. Pela estimativa do principal assessor do presidente Ronald Reagan para assuntos de drogas, Carlton Turner, os EUA têm um prejuízo anual de quase US$ 100 bilhões com o vício.

Herbicida na Amazônia

Além do solo e dos produtos químicos (éter, acetona e thiner), utilizados na sintetização da cocaína, o Brasil passou a prestar outra forma de apoio logístico na rota do narcotráfico. "Como os bolivianos, peruanos e colombianos estavam bastante visados, os brasileiros começaram a ser utilizados no transporte da droga", disse Turner à Folha durante sua passagem pelo Brasil, no final do ano passado. Na ocasião, ele aproveitou para sugerir ao Ministério da Justiça a aplicação de um tipo especial de herbicida que, como se faz na Colômbia, é lançado por aviões agrícolas e afetaria apenas o epadu. A proposta foi rechaçada prontamente.

Outra sugestão mal recebida pelo lado brasileiro foi a de que as Forças Armadas daqui se envolvessem diretamente na repressão ao narcotráfico, o que não está previsto na Constituição do Brasil. E nem na dos Estados Unidos.